



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº PREGÃO ELETRÔNICO 90045/2026

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2026.0.000004527-2

OBJETO:	Prestação de serviços de adaptação e manutenção predial, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE-CE e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência, Anexo 2 deste Edital.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICA	FORMA:
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e outras legislações aplicáveis.	
UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Arquitetura e Engenharia (SAREN)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	
DIVISIBILIDADE DO OBJETO: <input checked="" type="checkbox"/> Divisível por item <input type="checkbox"/> Divisível por grupo <input type="checkbox"/> Indivisível	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 DE JUNHO DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$13.158.366,15 (treze milhões, cento e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais e quinze centavos).	

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015: <input type="checkbox"/> Tipo I (licitação exclusiva) <input type="checkbox"/> Tipo II (subcontratação de ME/EPP) <input type="checkbox"/> Tipo III (cota principal e reservada) <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplicam.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: NÃO	PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: SIM

RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL)
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 10 DO EDITAL)

As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes>. Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.

CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90045/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90045/2026, visando à contratação do serviço abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de adaptação e manutenção predial, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE-CE e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Edital e seus anexos.

Local	Item	Descrição	Valor de Referência	BDI de Referência (%)	Desconto Médio (%)	Valor Estimado do Item
Região do Cariri	1	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 517.009,95	26,57	11,70	R\$ 577.817,09
Região Norte	2	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 620.706,28	26,57	11,70	R\$ 693.709,47
Região do Sertão Central	3	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 510.116,71	26,57	11,70	R\$ 570.113,12
Região Metropolitana de Fortaleza	4	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 706.893,60	26,57	11,70	R\$ 790.033,55

1.2. A descrição detalhada do serviço, os requisitos da contratação, o modelo de execução contratual, gestão contratual e os pagamentos estão detalhados no Anexo 2 - Termo de Referência. A licitação será dividida em 4 itens, conforme tabela constante do item 1.1, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. A presente contratação trata de serviços especificados de forma pormenorizada e de acordo com as justificativas contidas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP - Anexo 3.

1.4. É facultada ao licitante, vistoria prévia nos prédios da Justiça Eleitoral para uma avaliação prévia do locais de execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado e já prevê-las em seus custos e prazos. Todavia, caso entenda desnecessária tal vistoria, a licitante assume total conhecimento das condições locais para a execução do objeto.

1.4.1.As orientações sobre a realização de Vistoria Técnica estão descritas no item 4.3 e seguintes do Anexo 2 - Termo de Referência.

1.4.2. Junto com sua proposta, a licitante deverá apresentar Declaração de Vistoria , declarando que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e financeiras.

1.4.3 A vistoria poderá ser agendada com a Seção de Arquitetura e Engenharia deste Regional, pelos telefones (85) 3453-3753, das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail saren@tre-ce.jus.br.

1.4.4.A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços,

devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes e apresentar declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

1.5. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições estabelecidas no item 4.2 e seguintes do Termo de Referência.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atendam às exigências do edital e estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Neste certame, a participação foi ampliada para todos os portes de empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.6.9. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União e Sítio do TCU.

2.9.1. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.9 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor total do item, considerando a vigência de 60 meses**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b. de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- b. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total proposto por item, com a descrição do objeto, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do material, marca, dos produtos cotados, preço unitário e total dos itens e do grupo, por meio de campo próprio do sistema, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Anexar à proposta declaração de vistoria ou declaração de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e financeiras para a execução e entrega do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes da futura execução do serviço.

4.5.2. As licitantes deverão apresentar as composições dos percentuais de BDI para serviços e o percentual de desconto ofertado, conforme modelo de proposta constante no Anexo 1.

- a. percentual de desconto a ser aplicado sobre os valores para adaptação e manutenção predial constantes nas tabelas referenciais adotadas pela Administração;
- b. composição do percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) aplicável aos serviços de engenharia, que incidirá sobre os valores de referência constantes das tabelas adotadas para a contratação;
- c. composição do percentual de BDI aplicável ao fornecimento de materiais, quando houver simples fornecimento de peças ou insumos necessários à execução dos serviços.

4.5.3. Os serviços cotados deverão necessariamente atender à especificação dos serviços e os requisitos descritos no Termo de Referência, Anexo 2 e conforme o modelo de proposta constante no Anexo 1 deste edital.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de prestar o serviço especificado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM, considerando a vigência contratual de 60 meses.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa “aberto/fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os

lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.

5.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.21.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

5.21.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

5.21.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.

5.21.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de

solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.24. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL POR ITEM, considerando a vigência de 60 meses**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à

atividade em cujo exercício contrata ou concorre, especialmente quanto à quitação do tributo ICMS;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. Para fins de habilitação deverão ainda serem apresentados pela empresa licitante os **seguintes documentos**:

7.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de

diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.2. Comprovante de inscrição no CNPJ.

7.5.3. Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade;

7.5.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um) ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1.

7.5.4.1. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

7.5.4.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor ou cadastrados no SICAF

7.5.5. Para fins de habilitação técnica deverão ser apresentados:

7.5.5.1. Comprovante de registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região a que estiver vinculada a Empresa;

7.5.5.2. Apresentação de 01 (um) profissional técnico por item, legalmente habilitado e devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de obra(s) ou serviço(s) de características compatíveis e de complexidade equivalente ao objeto da contratação.

7.5.5.2.1. Para o Engenheiro Civil: comprovação de responsabilidade técnica pela execução de serviços de reforma e/ou manutenção predial, devidamente registrados no CREA.

7.5.5.2.2. Para o Arquiteto e Urbanista: comprovação de responsabilidade técnica pela execução de serviços de reforma e/ou manutenção predial, devidamente registrados no CAU.

7.5.5.2.3. A exigência de profissional com experiência comprovada em serviços de manutenção e reforma predial de complexidade equivalente justifica-se em razão de que a empresa contratada será responsável pela execução de atividades em múltiplas edificações, algumas das quais possuem sistemas construtivos e instalações de maior complexidade, tais como subestações de energia elétrica, estruturas de concreto em balanço e coberturas metálicas, dentre outros. Ademais, trata-se de atividade sensível ao funcionamento da Justiça Eleitoral Cearense, uma vez que o atendimento inadequado ou intempestivo de chamados urgentes pode acarretar interrupção da prestação do serviço público ou prejuízos ao regular andamento dos pleitos eleitorais.

7.5.5.2.4. A experiência do profissional será comprovada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT (ou documento equivalente), acompanhada da respectiva ART ou RRT, bem como por outros documentos idôneos que comprovem o vínculo do profissional com a licitante, nos termos da legislação vigente.

7.5.5.3. A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho ou, ainda; de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

7.5.5.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.5.5.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5.5.5.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.5.5.5.1.1. Itens 1, 2, 3 ou 4.

- a) Serviços de assentamento cerâmico, área mínima de: 100 m²
- b) Pintura de parede, área mínima de: 200 m²
- c) Execução de cobertura de telha cerâmica, área mínima de: 100 m²
- d) Execução de tomadas em instalações elétricas de baixa tensão, quantidade mínima de 10 und.

7.5.5.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.5.5.6.1 As quantidades mínimas exigidas no item 7.5.5.5.1.1 equivalem a 50% da área padrão de 200 m². Esse valor se basou na área mínima para Cartórios Eleitorais exigida no anexo V da Resolução TSE 23.544/2017.

7.5.5.7 Nos casos em que o Licitante apresentar proposta para 2 (dois) ou mais itens, a quantidade mínima para o item 8.7.2 a ser comprovada corresponde a soma do mínimo para cada item ofertado.

7.5.5.7.1 A exigência de no mínimo 1 (um) profissional legalmente habilitado distinto para cada item se justifica no fato de que há possibilidade de execução simultânea nos 4 (quatro) itens de serviços que exijam acompanhamento técnico. Assim, caso a contratada que ficar responsável por 2 (dois) ou mais itens não dispor de quantidade suficiente de profissionais para atendimento das demandas haverá prejuízo a execução contratual.

7.5.5.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5.5.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.9. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.9.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;

- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.9.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.9.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.17.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente,

cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.18. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado à Seção de Licitações deste Tribunal.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013."

9.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 10% (dez por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.f;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

10.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

11. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, a situação será comunicada à autoridade superior para decisão quanto à homologação do certame.

11.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º-A da Lei 10522/2002.

11.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

11.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

11.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

11.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e [Portal de Compras do TRE-CE](#).

12.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

12.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e subanexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência e seus anexos
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 19 de maio de 2026.

Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90045/2026 - TRE/CE

ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Dados Bancários:

Proposta de preços para prestação dos serviços de adaptação e manutenção predial - Catser 1627, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE-CE e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas por esse tribunal, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

Local	Item	Descrição	Valor de Referência	BDI Ofertado (%)	Desconto Ofertado (%)	Valor do Item
Região do Cariri	1	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 517.009,95			
Região Norte	2	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 620.706,28			
Região do Sertão Central	3	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 510.116,71			
Região Metropolitana de Fortaleza	4	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 706.893,60			

Instruções de preenchimento:

Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.

A licitante deverá informar:

- o percentual de BDI ofertado (%);
- o percentual de desconto (%) aplicado sobre o valor de referência.

O valor final do item será calculado mediante a aplicação do BDI e do desconto sobre o valor de referência estimado pela Administração.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Valor do Item} = \text{Valor de Referência} \times (1 + \% \text{BDI}/100) \times (1 - \% \text{Desconto}/100)$$

Onde:

Valor de Referência = valor estimado pela Administração

%BDI = percentual de BDI ofertado pela licitante

%Desconto = percentual de desconto ofertado pela licitante

Apresentam-se a seguir planilhas modelo para a composição da Taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI), aplicável a serviços e ao mero fornecimento de materiais e equipamentos. A licitante deverá preencher todas as lacunas das planilhas de acordo com sua situação tributária, seja ela desonerada ou não desonerada.

As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão informar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, observando as alíquotas correspondentes às suas obrigações tributárias, em conformidade com o disposto no anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

TAXA DE BDI-BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS PARA SERVIÇOS			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	NÃO DESONERADO (%)	DESONERADO (%)
1	CUSTOS INDIRETOS		
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
1.2	SEGUROS		
1.3	GARANTIAS		
1.4	RISCOS		
2	DESPESAS FINANCEIRAS		
3	TRIBUTOS		
3.1	PIS		
3.2	ISS*		
3.3	COFINS		
3.4	CPRB		
4	LUCRO		
4.1	LUCRO BRUTO		
$BDI(\%) = \{ [1 + \text{CUSTOS INDIRETOS}] \times (1 + \text{DESPESAS FINANCEIRAS}) \times (1 + \text{LUCRO}) / (1 - \text{TRIBUTOS}) \} - 1$			
5	Bonificação e Despesas Indiretas		
Obs.:			

TAXA DE BDI-BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS PARA MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	TAXA (%)
1	CUSTOS INDIRETOS	
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1.2	SEGURO + GARANTIA	

2	DESPESAS FINANCEIRAS	
3	TRIBUTOS	
3.1	PIS	
3.2	ISS	0,00
3.3	COFINS	
4	LUCRO	
4.1	LUCRO BRUTO	
$BDI(\%) = \{[(1 + AC + R + S + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)] / (1 - T)\} - 1$		
5	Bonificação e Despesas Indiretas	
Obs.:		

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que, em __/__/__, vistoriamos o(s) Cartório Eleitoral de _____ e/ou Postos de Atendimento onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico 90045/2026, na presença de servidor designado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital, Termo de Referência, Especificações Técnicas e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

ou

Declaramos que optamos por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital n.º _____, e declaramos estar cientes que não poderemos alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital referente ao Pregão Eletrônico n.º 90045/2026.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90045/2026.

_____/_____, de de 2026.

Nome do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90045/2026 - TRE/CE

ANEXO 2- TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de adaptação e manutenção predial - Catser 1627, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE-CE e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas por esse tribunal, mediante regime de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento de MENOR VALOR POR ITEM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Local	Item	Descrição	Valor de Referência	BDI de Referência (%)	Desconto Médio (%)	Valor Estimado do Item
Região do Cariri	1	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 517.009,95	26,57	11,70	R\$ 577.817,09
Região Norte	2	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 620.706,28	26,57	11,70	R\$ 693.709,47
Região do Sertão Central	3	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 510.116,71	26,57	11,70	R\$ 570.113,12
Região Metropolitana de Fortaleza	4	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 706.893,60	26,57	11,70	R\$ 790.033,55
TOTAL GERAL (60 meses) - R\$ 13.158.366,15 (Total Anual - R\$ 2.631.673,23)						
Item 1 (Cariri) - R\$ 2.889.085,75 (Anual R\$ 577.817,09)						
Item 2 (Região Norte) - R\$ 3.497.010,40 (Anual R\$ 693.709,47)						
Item 3 (Sertão Central) - R\$ 2.868.542,25 (Anual R\$ 570.113,12)						
Item 4 (RMF) - R\$ 3.962.152,20 (Anual R\$ 790.033,55)						

NATUREZA DO OBJETO

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no CATSER informado, prevalece o especificado neste instrumento.

1.4 O objeto será executado com base em composições de custos extraídas do SINAPI e demais tabelas referenciais adotadas pela Administração. Sobre os valores referenciais será aplicado o BDI ofertado pela contratada, para fins de formação do preço dos serviços, e, sobre o montante resultante, incidirá, de forma uniforme, o percentual de desconto ofertado na licitação, caracterizando-se a contratação como de desconto linear sobre tabelas referenciais.

1.5 Esta contratação tem caráter estimativo e será realizada sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Os valores previstos neste Termo de Referência representam estimativas e não implicam obrigação de utilização integral dos serviços contratados.

1.5.1 O acionamento dos valores se dará conforme a demanda do TRE-CE, respeitando o quantitativo efetivamente necessário, sem que a Administração esteja vinculada à execução total do montante orçado.

VIGÊNCIA

1.6 O prazo de vigência será de até 60 meses, contados a partir da publicação do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 anos, nos termos dos arts. 105 a 107 da Lei 14.133/2021.

REAJUSTE

1.7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado data da decisão que autorizar a abertura do certame.

1.8. Durante a execução contratual, os preços referenciais terão como base a tabela do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) para o estado do Ceará, vigente na data da decisão que autorizar a abertura do certame. Na ausência de itens na tabela mencionada, poderão ser utilizadas outras planilhas referenciais aplicáveis ao estado do Ceará, vigentes na mesma data, seguindo ordem de prioridade previamente definida:

1.8.1 Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA-CE);

1.8.2 Sistema de orçamento de obras de Sergipe (ORSE);

1.8.3 Base de dados da SBC.

1.9. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar data da decisão que autorizar a abertura do certame, por meio da atualização dos valores, com base na tabela SINAPI ou, caso não haja disposição, nas tabelas SEINFRA-CE/SBC/ORSE, estabelecidas para o estado do Ceará. Portanto, completado um ano da data da decisão que autorizar a abertura do certame, os serviços passarão a ser pagos através dos valores constantes nas tabelas citadas, naquele mês de referência.

1.10 Sobre o valor atualizado com base na Tabela SINAPI ou tabelas SEINFRA-CE/SBC/ORSE incidirá o mesmo percentual de desconto ofertado na licitação.

1.11 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos

Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010, os serviços, ora licitados, devem atender a algumas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, tais como:

3.2.1. uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

3.2.2. adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº48.138, de 8 de outubro de 2003;

3.2.3. observância a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

3.2.4. fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

3.2.5. realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

3.2.6. realização da separação dos resíduos recicláveis a serem descartados na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

CICLO DE VIDA

3.3 Não se aplica.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.1.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.1.3.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.1.1.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

4.1.1.1.2 resíduos Classe B : deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.1.1.1.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.1.1.1.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.2 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.1.3 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos

da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.4 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.1.5 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

4.1.6 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

4.1.7 Aderir ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - Programa do Trabalho Seguro (Resolução nº 96/2012 - CSJT);

4.1.8 Aderir ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho", firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012;

4.1.9 Empregar egressos dos sistemas carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas, em percentual não inferior a 2% (Resoluções nº 70 e 114 CNJ);

4.1.10 Preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.11 Utilizar de forma racional os recursos naturais como água e energia;

4.1.12 Na geração de empregos, favorecer a mão de obra local;

4.1.13 Priorizar o uso de inovações que reduzam o impacto sobre recursos naturais.

SUBCONTRATAÇÃO

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa do objeto ou da parcela principal da contratação, a qual consiste na execução dos serviços de manutenção dos sistemas construtivos, devendo tais atividades ser executadas diretamente pela contratada.

4.2.2. A subcontratação fica limitada à execução de parcelas acessórias, complementares ou especializadas do objeto contratual, tais como serviços auxiliares, fornecimento de materiais específicos ou atividades técnicas de natureza especializada.

4.2.3. O percentual máximo de subcontratação não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.2.4. A subcontratação dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, mediante solicitação formal da contratada, que deverá indicar a empresa subcontratada, o objeto da subcontratação e o respectivo valor.

4.2.5. A subcontratação não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto contratado, permanecendo responsável pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela supervisão das atividades subcontratadas.

VISTORIA

4.3. O licitante poderá realizar visitas nos diversos prédios da Justiça Eleitoral para uma avaliação prévia dos locais de execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta, das 8:00 horas às 14:00 horas, com agendamento mínimo de 24 horas de antecedência, dentro do período compreendido entre a publicação do edital e a data-limite para apresentação das propostas

4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente

identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes e apresentar declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. O objeto contratado abarcará duas possibilidades de serviço: serviços de adaptação e manutenção predial, da seguinte forma:

5.2 Adaptação e Manutenção Predial - Serviços Eventuais

5.2.1 Considera-se serviço eventual de adaptação e manutenção predial, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que sua estimativa de valor não ultrapasse o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do previsto no art. 75, inciso I da Lei 14133/2021 ou que a previsão de tempo de execução não seja superior a 5 (cinco) dias úteis. No Anexo B estão listados alguns serviços, a título exemplificativo.

5.2.2 O início de cada serviço eventual de manutenção dependerá da emissão de Ordem de Serviço (OS) pela contratante e envio à contratada, com a planilha estimativa de deslocamento (caso seja necessário), mão de obra, materiais e diárias (caso seja necessário).

5.2.2.1 O valor pago a título de deslocamento será aferido com base na menor distância e no tempo de deslocamento retornado em consulta no sítio eletrônico <https://mapas.sop.ce.gov.br/>. e deve ser considerado ida e volta. Os valores unitários do veículo terão como base o Custo Horário Produtivo (CHP) e a Custo Horário Improdutivo (CHI) dos serviços presentes na tabela SINAPI para cada tipo de automóvel utilizado, excluindo-se o serviço de Motorista. A base de cálculo do quantitativo de CHP é o tempo de deslocamento supramencionado e do CHI é a jornada de 8 (oito) horas diárias, excluindo-se o tempo de CHP. Exemplos de composições de veículos: 92146; 92145; 92139; 92138; 91387; 91386; dentre outras.

5.2.2.2 Somente haverá pagamento de diárias para os serviços eventuais executados em cidades cuja a distância para a cidade-sede do polo administrativo ou para a cidade de localização da matriz, filial ou equipe técnica da empresa, o que for mais próximo, seja superior a 100 km (cem quilômetros). A aferição da distância entre os municípios deve ser realizada por meio do sítio eletrônico <https://mapas.sop.ce.gov.br/>.

5.2.2.2.1 As diárias são contabilizadas da seguinte forma: 1 diária por colaborador nos dias em que ocorrer pernoite e 0,5 diária por colaborador nos casos em que não ocorrer pernoite no município enquadrado nas condições listadas acima.

5.2.3 A planilha de serviços deve ser elaborada com base nas prescrições contidas no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, seguindo a seguinte ordem:

5.2.3.1 Adoção de mão de obra e insumos da base completa da tabela SINAPI, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante;

5.2.3.2 Caso não conste na tabela SINAPI os serviços necessários, pode-se adotar as bases de referência: SEINFRA-CE, SBC, ou ORSE, sendo que os valores dos insumos utilizados nas composições de preços devem ser os mesmos da tabela SINAPI, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante.

5.2.3.3 Na ausência de insumos na tabela SINAPI, pode-se adotar insumos das demais tabelas de referência;

5.2.3.4 Na ausência de insumos na tabela SINAPI e nas demais tabelas de referência: SEINFRA-CE, SBC e ORSE, o seu valor deverá ser aferido por meio da mediana ou média dos valores obtidos através de pesquisa de preços, preferencialmente em diferentes fontes como: demais tabelas de preços referenciais, painel de preços do governo federal, mercado local e/ou site de comércio eletrônico, considerando a incidência de frete. Será necessário no mínimo três cotações, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante.

5.2.4 Caso julgue necessário, os gestores do contrato poderão solicitar a visita de profissional técnico

habilitado da contratada por meio de chamado/e-mail contendo a descrição dos problemas detectados, OS e planilha estimativa de deslocamento (caso seja necessário), mão de obra do(s) profissional(is) e diárias (caso seja necessário). A Contratada disporá dos prazos previstos no item 5.5 para apresentação da planilha orçamentária e execução.

5.2.5 Na ocasião de elaboração da planilha orçamentária pela Contratada, ela deverá entregar os seguintes documentos:

5.2.5.1 Orçamento detalhado dos serviços necessários levantados na visita, com o código, descrição analítica, quantidades e valores unitários e totais dos serviços e/ou insumos (peças, materiais e mão-de obra), nos moldes das condições previstas no item 5.2.3 e considerando as tabelas vigente na data da decisão que autorizar a abertura do certame, com a incidência do desconto e BDI ofertados pela Empresa.

5.2.5.2 Relatório técnico e fotográfico detalhado da situação encontrada, bem como dos serviços executados no ato da visita, se for o caso. O relatório deverá constar todos os detalhes técnicos do problema diagnosticado, incluindo especificações de peças, materiais, comprovação de quantitativos de materiais utilizados, dentre outros.

5.2.5.3 Memória de cálculo dos quantitativos levantados, quando for o caso;

5.2.5.4 O prazo para realização dos serviços levantados na visita e a quantidade de profissionais que executarão os serviços por dia e por categoria;

5.2.5.5 Ateste do Chamado/OS (visita) assinado pelo Chefe do Cartório Eleitoral ou Fiscal do Contrato.

5.3 Adaptação e Manutenção Predial - Conjunto de Serviços

5.3.1 Considera-se conjunto de serviços de adaptação e manutenção predial, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo conjunto de serviços que sua estimativa de valor ultrapasse o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do previsto no art. 75, inciso I da Lei 14133/2021 ou que a previsão de tempo de execução seja superior a 5 (cinco) dias úteis.

5.3.2 O início de cada conjunto de serviços dependerá da emissão de Ordem de Serviço (OS) pela contratante e envio à contratada, com a planilha estimativa de deslocamento (caso necessário), mão de obra, materiais.

5.3.2.1 Na execução do conjunto de serviços a contratada não fará jus ao pagamento de diárias aos colaboradores. Entende-se que serviços com valores mais expressivos e/ou prazo maior de execução possibilitam à contratada a adoção de mão de obra local para desempenho das atividades. Isso se configura uma medida de sustentabilidade, conforme descrito no item 4.1.12.

5.3.2.2 O valor pago a título de deslocamento será aferido com base na menor distância e no tempo de deslocamento retornado em consulta no sítio eletrônico <https://mapas.sop.ce.gov.br/>. e deve ser considerado ida e volta. Os valores unitários do veículo terão como base o Custo Horário Produtivo (CHP) e a Custo Horário Improdutivo (CHI) dos serviços presentes na tabela SINAPI para cada tipo de automóvel utilizado, excluindo-se o serviço de Motorista. A base de cálculo do quantitativo de CHP é o tempo de deslocamento supramencionado e do CHI é a jornada de 8 (oito) horas diárias, excluindo-se o tempo de CHP. Exemplos de composições de veículos: 92146; 92145; 92139; 92138; 91387; 91386; dentre outras.

5.3.3 A planilha de serviços deve ser elaborada com base nas prescrições contidas no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, seguindo a seguinte ordem:

5.3.3.1 Adoção de mão de obra e insumos da base completa da tabela SINAPI, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante;

5.3.3.2 Caso não conste na tabela SINAPI os serviços necessários, pode-se adotar as bases de referência: SEINFRA-CE, SBC, ou ORSE, sendo que os valores dos insumos utilizados nas composições de preços devem ser os mesmos da tabela SINAPI, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante.

5.3.3.3 Na ausência de insumos na tabela SINAPI, pode-se adotar insumos das demais tabela de referência;

5.3.3.4 Na ausência de insumos na tabela SINAPI e nas demais tabelas de referência: SEINFRA-CE, SBC e ORSE, o seu valor deverá ser aferido por meio da mediana ou média dos valores obtidos através de pesquisa de preços, preferencialmente em diferentes fontes como: demais tabelas de preços referenciais, painel de preços do governo federal, mercado local e/ou site de comércio eletrônico, considerando a incidência de frete. Será necessário no mínimo três cotações, com acréscimo do percentual de BDI de serviço ofertado e aplicação do desconto oferecido pela contratante.

5.3.4 Caso julgue necessário, os gestores do contrato poderão solicitar a visita de profissional técnico habilitado da contratada por meio de Chamado/E-mail contendo a descrição dos problemas detectados, OS e planilha estimativa de deslocamento (caso seja necessário), mão de obra do(s) profissional(is) e diárias (caso seja necessário). A Contratada disporá dos prazos previstos no item 5.5 para apresentação da planilha orçamentária e execução.

5.3.5 Na ocasião de elaboração da planilha orçamentária pela Contratada, ela deverá entregar os seguintes documentos:

5.3.5.1 Orçamento detalhado dos serviços necessários levantados na visita, com o código, descrição analítica, quantidades e valores unitários e totais dos serviços e/ou insumos (peças, materiais e mão-deobra), nos moldes das condições previstas no item 5.2.3 e considerando as tabelas vigente na data da decisão que autorizar a abertura do certame, com a incidência do desconto e BDI ofertados pela Empresa.

5.3.5.2 Relatório técnico e fotográfico detalhado da situação encontrada, bem como dos serviços executados no ato da visita, se for o caso. O relatório deverá constar todos os detalhes técnicos do problema diagnosticado, incluindo especificações de peças, materiais, comprovação de quantitativos de materiais utilizados, dentre outros.

5.3.5.3 Memória de cálculo dos quantitativos levantados, quando for o caso;

5.3.5.4 O prazo para realização dos serviços levantados na visita e a quantidade de profissionais que executarão os serviços por dia e por categoria;

5.3.5.5 Ateste do Chamado (visita) assinado pelo Chefe do Cartório Eleitoral ou Fiscal do Contrato.

5.4 Classificação da Necessidade dos Serviços

Nível de Criticidade	Classificação	Características da Necessidade
1	Urgente	Serviço cuja demora na execução possa ocasionar danos mais severos nas instalações prediais, que possa impedir o andamento das atividades do tribunal, que traga riscos à integridade patrimonial do TRE-CE ou à saúde de seus servidores e colaboradores.
2	Não Urgente	Demais serviços.

5.5 Prazos

5.5.1 O prazo de execução será definido pelos gestores do contrato com a fiscalização técnica e deverá constar na OS. A determinação do prazo dependerá do nível de criticidade dos serviços.

5.5.2 Nível 1 - Serviços Urgentes:

5.5.2.1 No caso dos serviços urgentes, classificados como serviços de nível 1, e que o Contratante necessite de visita técnica para elaboração da planilha orçamentária, a vistoria no imóvel deve ocorrer no prazo de até 2 (dois) dias, a partir da data de emissão do Chamado/E-mail/OS. Orçamento dos serviços, acompanhado dos documentos listados no item 5.2.5 ou 5.3.5, deverão ser entregues à Fiscalização em até 2 (dois) dias úteis, a partir do dia seguinte à visita técnica. Caso o orçamento, após análise da Fiscalização, necessite de correção por parte da Contratada, será concedido 1 (um) dia útil para sua adequação e devolução, prazo contado a partir da comunicação feita por e-mail pela Contratante.

5.5.2.2 Na ocasião de serviços de nível 1 que não necessitem de elaboração de planilha orçamentária pela Contratada ou após a aprovação do orçamento da Contratada pela Fiscalização, a Empresa disporá de até 2 (dois) dias para o início da execução dos serviços após a emissão da OS. O prazo de execução e a data de início serão informados na Ordem de Serviço, com a planilha aprovada. A critério da Fiscalização, e de acordo com a disponibilidade do Cartório Eleitoral, poderá ser determinado prazo diverso para início dos serviços, respeitado o indicado acima como mínimo.

5.5.3 Nível 2 - Serviços não urgentes

5.5.3.1 No caso dos serviços não urgentes para manutenções eventuais, classificados como serviços de nível 2, e que o Contratante necessite de visita técnica para elaboração da planilha orçamentária, a visita ao imóvel deve ocorrer no prazo de até 4 (quatro) dias úteis, contados da data de emissão do Chamado/E-mail/OS. O orçamento dos serviços para manutenção eventual, acompanhado dos documentos listados no item 5.2.5, deverão ser entregues à Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia seguinte à data da visita. Caso o orçamento, após análise da Fiscalização, necessite de correção por parte da Contratada, serão concedidos até 2 (dois) dias úteis para sua adequação e devolução, prazo contado a partir do dia

seguinte à comunicação feita por e-mail pela Contratante. Após nova análise da Fiscalização, caso seja necessária nova correção, esse procedimento será feito apenas mais uma vez, concedendo novo prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado a partir do dia seguinte à comunicação feita por e-mail pela Contratante.

5.5.3.1.1 Na ocasião de serviços de nível 2 para manutenções eventuais, que não necessitem de elaboração de planilha orçamentária pela Contratada ou após a aprovação do orçamento da Contratada pela Fiscalização, a Empresa disporá de até 5 (cinco) dias úteis para o início da execução dos serviços após a emissão da OS. O prazo de execução e a data de início serão informados na Ordem de Serviço, com a planilha aprovada. A critério da Fiscalização, e de acordo com a disponibilidade do Cartório Eleitoral, poderá ser determinado prazo diverso para início dos serviços, respeitado o indicado acima como mínimo.

5.5.3.2 O orçamento para o conjunto de serviços não urgentes, nível 2, que o Contratante necessite de visita técnica para elaboração da planilha orçamentária, a visita ao imóvel deve ocorrer no prazo de até 4 (quatro) dias úteis, contados da data de emissão do Chamado/E-mail/OS. O orçamento do conjunto de serviços, acompanhado dos documentos listados no item 5.3.5, deverão ser entregues à Fiscalização em até 7 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte à data da visita. Caso o orçamento, após análise da Fiscalização, necessite de correção por parte da Contratada, serão concedidos até 2 (dois) dias úteis para sua adequação e devolução, prazo contado a partir do dia seguinte à comunicação feita por e-mail pela Contratante. Após nova análise da Fiscalização, caso seja necessária nova correção, esse procedimento será feito apenas mais uma vez, concedendo novo prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado a partir do dia seguinte à comunicação feita por e-mail pela Contratante.

5.5.3.2.1 Na ocasião de serviços de nível 2 para um conjunto de serviços, que não necessitem de elaboração de planilha orçamentária pela Contratada ou após a aprovação do orçamento da Contratada pela Fiscalização, a Empresa disporá de até 5 (cinco) dias úteis para o início da execução dos serviços após a emissão da OS. O prazo de execução e a data de início serão informados na Ordem de Serviço, com a planilha aprovada. A critério da Fiscalização, e de acordo com a disponibilidade do Cartório Eleitoral, poderá ser determinado prazo diverso para início dos serviços, respeitado o indicado acima como mínimo.

5.5.4 A Contratada é obrigada a retirar os materiais porventura rejeitados pela Fiscalização do recinto dos locais de serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do aviso dado pela Fiscalização.

5.5.5 Qualquer objeto comprovadamente danificado por seus profissionais deverá ser repostado pela Contratada no prazo de 10 (dez) dias, a contar de decisão administrativa que resulte de processo administrativo onde reste assegurada a ampla defesa;

5.5.6 Deverá ser substituído, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, sempre que exigido pela Contratante, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Fiscalização.

5.5.7 No caso de substituição do engenheiro civil/arquiteto/engenheiro eletricista, encarregado ou ainda do profissional que cuida da parte administrativa (preposto), a qualificação do novo profissional deverá ser comprovada com antecedência de 10 (dez) dias antes da efetivação da substituição, para análise e aprovação da Fiscalização e do gestor do contrato.

QUADRO RESUMO				
Nível	Classificação do serviço	Situação	Prazo	Marco inicial
1	Serviços Eventuais	Visita técnica – serviços urgentes	até 2 dias	emissão do Chamado/E-mail/OS
		Entrega do orçamento	até 2 dias úteis	dia seguinte à visita técnica
		Correção do orçamento	1 dia útil	comunicação da Fiscalização
		Início da execução dos serviços	até 2 dias	emissão da OS
		Visita técnica	até 4 dias úteis	emissão do Chamado/E-mail/OS
		Entrega do orçamento	até 5 dias úteis	dia seguinte à visita técnica

		QUADRO RESUMO		
2	Serviços Eventuais	Correção do orçamento (1ª correção)	até 2 dias úteis	comunicação da Fiscalização
		Correção do orçamento (2ª correção)	até 2 dias úteis	comunicação da Fiscalização
		Início da execução dos serviços	até 5 dias úteis	emissão da OS
	Conjunto de Serviços	Visita técnica	até 4 dias úteis	emissão do Chamado/E-mail/OS
		Entrega do orçamento	até 7 dias úteis	dia seguinte à visita técnica
		Correção do orçamento (1ª correção)	até 2 dias úteis	comunicação da Fiscalização
		Correção do orçamento (2ª correção)	até 2 dias úteis	comunicação da Fiscalização
		Início da execução dos serviços	até 5 dias úteis	emissão da OS
1 ou 2	Serviços Eventuais e Conjunto de Serviços	Análise e assinatura da planilha orçamentária elaborada pela Contratante	até 2 dias úteis	envio da planilha pela Fiscalização
-	Contratual	Retirada de materiais rejeitados	até 10 dias	comunicação da Fiscalização
		Reposição de objeto danificado pela Contratada	até 10 dias	decisão administrativa definitiva
		Substituição de profissional exigida pela Contratante	até 1 dia útil	solicitação da Fiscalização
		Substituição de responsável técnico ou preposto	antecedência mínima de 10 dias	antes da efetivação da substituição

5.6 Conclusão dos Serviços

5.6.1 Ao final da execução da OS, a Contratada:

5.6.1.1 Terá direito ao pagamento dos custos correspondentes à mão de obra, materiais e peças aplicados; ou apenas à mão de obra, caso as peças e materiais sejam fornecidos pela Contratante.

5.6.1.2 Deverá encaminhar a planilha orçamentária final executada com as devidas supressões ou acréscimos em relação aos quantitativos originalmente aprovados. No caso de acréscimos, estes deverão ser devidamente justificados por meio de fotos, croquis e vídeos, além de terem sido previamente aprovados pela Fiscalização durante a execução dos serviços, sob pena de não pagamento;

5.6.1.3 Relatório descritivo detalhado dos serviços executados;

5.6.1.4 Relatório fotográfico detalhado dos serviços executados. As fotos deverão indicar a situação antes e depois das intervenções;

5.6.1.5 Ateste da Ordem de Serviço assinado pelo Fiscal do Contrato.

5.7 Locais de Execução e Horários

5.7.1 Os serviços de adaptação e manutenção predial deverão ser executados em quaisquer dos municípios listados na relação das cidades constante no Anexo A deste Termo de Referência, atuais sedes de Zonas Eleitorais ou Postos de Atendimento. Novas localidades poderão, eventualmente, ser acrescentadas a esse rol, caso novas zonas eleitorais venham a ser criadas pelo TRE-CE em outros municípios, ou novos imóveis

sejam alugados ou construídos naquela área. Portanto, a critério da Contratante, os serviços poderão ser prestados em quaisquer novas instalações a serem ocupadas pela Justiça Eleitoral do Ceará, dentro de cada Região respectiva, observando-se, no que couber, as alterações contratuais aplicáveis a cada caso. Caso os endereços atuais sejam modificados, a Contratada será comunicada, para atualização.

5.7.2 Os serviços de adaptação e manutenção predial deverão ser executados de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente da Sede, Cartórios Eleitorais e Postos de Atendimento. No caso de manutenção de nível 1, ou havendo necessidade decorrente do tipo de intervenção, poderá se estender até o término do serviço em execução e/ou realizar-se em qualquer horário, de acordo com agendamento prévio junto ao Fiscal do Contrato.

5.8 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.8.1 A Contratada deverá garantir a qualidade, a segurança e o adequado funcionamento dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de quaisquer defeitos, vícios ou falhas decorrentes de execução inadequada, emprego de materiais inadequados ou falhas técnicas.

5.8.2 Sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais, os serviços executados estarão sujeitos ao prazo de garantia previsto no art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), no que couber, especialmente quanto à solidez e segurança das intervenções realizadas.

5.8.3 Durante o período de garantia, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.8.4 A correção dos vícios ou defeitos deverá ocorrer no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato, contado da notificação formal da Contratante, sem ônus adicional para a Administração.

5.8.5 A garantia prevista neste item não exclui a responsabilidade da Contratada por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução dos serviços.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o fiscal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará à Seção de Contratos, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias

e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Secretaria de Administração.

6.7.5. A Seção de Contratos comunicará ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O fiscal do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Seção de Contratos para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

6.11. O contratado deverá ter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

6.11.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

OBRIGAÇÕES

6.12 São obrigações da Contratante:

6.12.1. Designar representantes com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;

6.12.2. Comunicar, imediatamente, à empresa qualquer irregularidade ou falha apresentada nos locais onde foram executados os serviços, para refazer os serviços, caso necessário;

6.12.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação;

6.12.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas;

6.12.5. Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência;

6.12.6 Se abster de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada.

6.13 São obrigações da Contratada:

6.13.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e assessorar o Contratante nas decisões sobre a manutenção das edificações e em situações de emergência.

6.13.2 Indicar/nomear, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, uma pessoa para atuar como Preposto, a qual deverá ter capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, receber documentos, bem como atender às solicitações da Contratante.

6.13.2.1 A indicação/nomeação de preposto deve ser comunicada a Contratante com indicação de dados para contato, como: e-mail, telefone (celular e/ou aplicativo de telemensagem) e deve manter sempre mantê-los constantemente atualizados.

6.13.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.13.4 Assessorar o Contratante em situações de emergência e realizar adequado dimensionamento dos

serviços objetos deste documento.

6.13.5 Adotar soluções que ofereçam economia e facilidade de execução, operação e manutenção (relação mais adequada entre custos e benefícios, considerando os sistemas construtivos, a durabilidade e resistência dos materiais e o padrão desejado).

6.13.6 Fornecer serviços e materiais para garantia do pleno funcionamento e do bom estado de conservação das edificações que fazem parte do objeto deste documento.

6.13.7 Responsabilizar-se pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, transportes de funcionários, transportes de materiais, transportes de equipamentos, alimentação e hospedagem de funcionários, ou seja, todas as obrigações oriundas da prestação dos serviços.

6.13.8 Dispor de tantos profissionais, veículos e ferramentas quanto necessário forem para o adequado cumprimento de suas obrigações.

6.13.9 Garantir que seus empregados possuam idoneidade, capacidade, preparo e experiência comprovada para o desempenho dos serviços a que se propõem.

6.13.10 Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, garantindo que seus empregados utilizem todos os equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos, conforme a natureza das atividades a serem desempenhadas, instruindo-os quanto a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios.

6.13.11 Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, com ênfase em economia no emprego de materiais e na racionalização do uso de energia elétrica dos equipamentos.

6.13.12 Fiscalizar regularmente o local da prestação dos serviços com a finalidade de verificar as condições em que estão sendo prestados, inclusive quanto aos aspectos de saúde e segurança do trabalho, assim como constatar sua execução efetiva e em conformidade com as exigências contratuais.

6.13.13 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e/ou acidentes causados a terceiros durante o cumprimento do contrato.

6.13.14 Corrigir todas as imperfeições verificadas nos serviços executados, tão logo identificado pela Contratada e/ou após notificada pela fiscalização, sem custos adicionais para o Contratante.

6.13.15 Comunicar, por escrito, ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada, quanto a incompatibilidades técnicas existentes, alterações dos planos de manutenção, etc.

6.13.16 Garantir os serviços propostos, durante a vigência do contrato, inclusive respondendo por quaisquer danos nas edificações que façam parte do objeto deste documento, em caso de problema comprovadamente ocasionado por ineficiência, negligência ou não execução dos procedimentos de manutenção exigidos neste documento.

6.13.17 Adotar, sempre que possível, padronização dos insumos utilizados e serviços realizados.

6.13.18 Executar os serviços objeto deste documento, com fornecimento de materiais, em conformidade com as especificações de cada especialidade, descritas nas tabelas de referência utilizada nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, demandadas, orçadas, aprovadas, programadas e executadas conforme especificações anteriores.

6.13.19 Todos os materiais e peças a serem empregados deverão ser de primeiro uso e primeira qualidade, atendendo aos melhores padrões de mercado, devendo satisfazer às especificações e recomendações dos fabricantes e do Contratante, em quantidade compatível com a demanda.

6.13.20 Participar, sempre que solicitado, sem ônus para o Contratante, de reuniões técnicas com os Gestores ou Fiscais do contrato, nas dependências do TRE-CE ou em qualquer das edificações pertencentes ao Contratante.

6.13.21 A Contratada não poderá veicular publicidade acerca do contrato e não poderá transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE/CE.

6.13.22 Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas e previdenciários previstos na legislação em vigor, concernentes a este contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRE/CE.

6.13.23 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Contratante, nem pode onerar o objeto deste contrato

6.13.24 Deverá a contratada assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações

estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele, ou ainda nos casos de funcionários acometidos de mal súbito, ainda que acontecido em dependência do TRE/CE.

6.13.25 Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da Contratada.

6.13.26 Providenciar que os funcionários estejam devidamente identificados com fardamento e/ou crachá;

6.13.27 Proibir o uso, por seus funcionários, durante a execução dos serviços em períodos eleitorais, de camisa de cor associada a candidato ou partido político;

6.13.28 Proibir o uso e afixação em seus veículos de qualquer material de campanha eleitoral de candidato ou partido político durante a execução dos serviços em períodos eleitorais.

6.13.29 Caso a Empresa seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA do Ceará, deverá apresentar, antes do início dos serviços, o registro no CREA-CE, de acordo com o art.3º, § 1º, inciso II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

6.13.30 A Contratada se obriga a utilizar licença de software de gestão de manutenção (SaaS), se assim demandada e fornecida pela Administração. Neste caso, a equipe que realizar os serviços deve possuir telefone móvel (celular) que permita o preenchimento de informações e coleta de fotos para preenchimento de relatórios e atendimento de chamados. Deverá ainda preencher as informações necessárias sobre atendimento e serviços executados.

DIÁRIAS

6.14 As diárias de viagem deverão ser pagas pela Contratada aos seus empregados com antecedência mínima de 1 (um) dia útil do início da viagem. O pagamento deverá ser comprovado perante o Contratante quando da apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal para fins de pagamento.

6.15 Em situações excepcionais devidamente justificadas, em que a solicitação de viagem ocorra no próprio dia de sua realização ou posteriormente, por motivo de força maior ou necessidade do serviço, a Contratada deverá efetuar o repasse das diárias aos empregados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação.

6.16 Com o objetivo de prevenir a responsabilização subsidiária da Administração e em observância ao art. 457, § 2º, da CLT, as diárias de viagem não deverão assumir caráter remuneratório. A contratada deverá acompanhar a concessão dessas verbas, de modo a evitar sua descaracterização como verba indenizatória.

6.17 O pagamento das diárias à Contratada terá natureza indenizatória, destinando-se exclusivamente ao ressarcimento de despesas decorrentes do deslocamento de seus profissionais.

6.18 O valor pago a título de diária à Contratada seguirá o previsto na Ata da Convenção Coletiva da respectiva categoria vigente na data do deslocamento, acrescido dos tributos incidentes.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

MEDIÇÃO

7.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente ou ao final da execução de cada Ordem de Serviço, a critério da Administração, com base no cronograma aprovado, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização no período, tomando por base as especificações, projetos e orçamentos aprovados.

7.1.1. A Contratada deverá encaminhar a planilha orçamentária final executada com as devidas supressões ou acréscimos em relação aos quantitativos originalmente aprovados. No caso de acréscimos, estes deverão ser devidamente justificados por meio de fotos, croquis e vídeos, além de terem sido previamente aprovados pela Fiscalização durante a execução dos serviços, sob pena de não pagamento;

7.1.2 Relatório descritivo detalhado dos serviços executados;

7.1.3 Relatório fotográfico detalhado dos serviços executados. As fotos deverão indicar a situação antes e

depois das intervenções;

7.1.4 Ateste da Ordem de Serviço assinado pelo Fiscal do Contrato no Cartório Eleitoral ou Posto Avançado.

7.1.5. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização.

7.1.6. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2 O valor faturado terá com base as medições das planilhas orçamentárias aprovadas, considerando a aplicação do BDI (serviço com ou sem o fornecimento de material) e do desconto oferecido na licitação.

RECEBIMENTO

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal do contrato no local de execução, que atestará sua execução na Ordem de Serviço quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, pela fiscalização técnica ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.5. Enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.20.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

7.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR

ITEM.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.2.1. Preço dos itens: não serão admitidos preços unitários superiores aos valores estimados pela Administração ou que se mostrem manifestamente inexequíveis em relação aos parâmetros de mercado.

8.2.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os preços praticados no mercado para o objeto da licitação.

8.2.3. Os critérios de aceitabilidade serão verificados com base no preço unitário de cada item, observado o respectivo valor estimado pela Administração e os parâmetros de mercado.

ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

8.3. Nos termos do § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, nas licitações de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.4. Constatada proposta com valor inferior ao limite estabelecido no item anterior, ou quando houver indícios de inexequibilidade, a Administração promoverá a análise da viabilidade da proposta, assegurando à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade dos preços ofertados, mediante apresentação de documentos e planilhas que evidenciem a formação dos custos.

8.5. Para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, a licitante convocada deverá apresentar, no prazo fixado pela Administração, os seguintes documentos:

8.5.1. planilha exemplificativa de serviços, conforme modelo constante no anexo D do Termo de Referência, inclusive com a indicação do percentual de BDI e de Encargos Sociais;

8.5.2. planilha de composição de preços unitários de todos os serviços constantes da planilha orçamentária, bem como dos serviços auxiliares necessários à execução do objeto;

8.5.3. documentos comprobatórios dos preços de insumos, materiais, equipamentos e serviços considerados na formação dos preços, tais como cotações de mercado, notas fiscais, contratos de fornecimento, tabelas referenciais ou documentos equivalentes, quando solicitados pela Administração.

8.6. Na análise das planilhas e documentos apresentados pela licitante, a Administração observará, entre outros, os seguintes critérios técnicos:

8.6.1. os valores pagos por hora ou mensal aos profissionais empregados na execução dos serviços não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pelo sindicato da categoria profissional competente, especialmente os definidos pelo Sinduscon-CE;

8.6.2. os preços unitários deverão ser compatíveis com os preços de mercado, admitindo-se variações devidamente justificadas pela licitante;

8.6.3. é vedada a adoção de valores de insumos, materiais, equipamentos ou mão de obra iguais a zero, simbólicos ou irrisórios, ressalvadas situações excepcionalmente justificadas e devidamente comprovadas;

8.6.3.1. excepcionalmente, poderão ser admitidos valores reduzidos ou iguais a zero quando se referirem a equipamentos, materiais ou instalações de propriedade da licitante, desde que esta comprove documentalmente a sua disponibilidade e declare expressamente que renuncia à parcela ou à totalidade da remuneração correspondente ao respectivo item, sem prejuízo da adequada execução do objeto contratual.

8.6.4. os coeficientes de consumo e produtividade adotados nas composições deverão ser compatíveis com aqueles usualmente praticados no mercado e com sistemas referenciais de custos utilizados pela Administração Pública, tais como SINAPI, SICRO ou outras referências técnicas equivalentes;

8.6.5. deverão ser observados os percentuais legalmente exigidos ou usualmente praticados relativos a encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos e demais custos indiretos;

8.6.6. deverá ser verificada a consistência entre os preços unitários apresentados, as respectivas composições de custos e o valor global da proposta.

8.7. A Administração poderá realizar diligências adicionais para verificação da consistência das informações

prestadas, inclusive mediante consulta a bases de dados oficiais, sistemas referenciais de custos, mercado ou solicitação de esclarecimentos complementares à licitante.

8.8. A análise de exequibilidade será realizada por equipe técnica ou setor competente da Administração, mediante elaboração de parecer técnico fundamentado que avaliará a consistência das informações apresentadas e a viabilidade da execução do objeto contratual nas condições propostas.

8.9. Caso a licitante não apresente os documentos solicitados, apresente documentação insuficiente ou não consiga comprovar a viabilidade econômica de sua proposta, esta será considerada inexecutável e desclassificada, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.10. A desclassificação por inexecutabilidade deverá ser devidamente motivada, com indicação clara dos elementos técnicos que demonstrem a incompatibilidade dos preços apresentados com os custos necessários à execução do objeto.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.11 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.12 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.12.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.13.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13.5 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.13.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8 A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.13.8.1 Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.13.8.2 Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.13.8.3 Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.13.8.4 Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.13.8.5 Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.14.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.14.3 Nos casos de entrega parcelada, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.14.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.14.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

8.14.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.15.1. Comprovante de registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região a que estiver vinculada a Empresa;

8.15.2. Apresentação de 01 (um) profissional técnico por item, legalmente habilitado e devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de obra(s) ou serviço(s) de características compatíveis e de complexidade equivalente ao objeto da contratação.

8.15.2.1. Para o Engenheiro Civil: comprovação de responsabilidade técnica pela execução de serviços de reforma e/ou manutenção predial, devidamente registrados no CREA.

8.15.2.2. Para o Arquiteto e Urbanista: comprovação de responsabilidade técnica pela execução de serviços de reforma e/ou manutenção predial, devidamente registrados no CAU.

8.15.2.3 A exigência de profissional com experiência comprovada em serviços de manutenção e reforma predial de complexidade equivalente justifica-se em razão de que a empresa contratada será responsável pela execução de atividades em múltiplas edificações, algumas das quais possuem sistemas construtivos e instalações de maior complexidade, tais como subestações de energia elétrica, estruturas de concreto em balanço e coberturas metálicas, dentre outros. Ademais, trata-se de atividade sensível ao funcionamento da Justiça Eleitoral Cearense, uma vez que o atendimento inadequado ou intempestivo de chamados urgentes pode acarretar interrupção da prestação do serviço público ou prejuízos ao regular andamento dos pleitos eleitorais.

8.15.2.4. A experiência do profissional será comprovada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT (ou documento equivalente), acompanhada da respectiva ART ou RRT, bem como por outros documentos idôneos que comprovem o vínculo do profissional com a licitante, nos termos da legislação vigente.

8.15.3. A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho ou, ainda; de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.15.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.15.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.5.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.5.1.1 Itens 1, 2, 3 ou 4.

8.15.5.1.1.1 Serviços de assentamento cerâmico, área mínima de: 100 m²

8.15.5.1.1.2 Pintura de parede, área mínima de: 200 m²

8.15.5.1.1.3 Execução de cobertura de telha cerâmica, área mínima de: 100 m²

8.15.5.1.1.4 Execução de tomadas em instalações elétricas de baixa tensão, quantidade mínima de 10 und.

8.15.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.6.1 As quantidades mínimas exigidas no item 8.7.5.1 equivalem a 50% da área padrão de 200 m². Esse valor se basou na área mínima para Cartórios Eleitorais exigida no anexo V da Resolução TSE 23.544/2017.

8.15.7 Nos casos em que o Licitante apresentar proposta para 2 (dois) ou mais itens, a quantidade mínima para o item 8.7.2 a ser comprovada corresponde a soma do mínimo para cada item ofertado.

8.15.7.1 A exigência de no mínimo 1 (um) profissional legalmente habilitado distinto para cada item se justifica no fato de que há possibilidade de execução simultânea nos 4 (quatro) itens de serviços que exijam acompanhamento técnico. Assim, caso a contratada que ficar responsável por 2 (dois) ou mais itens não dispor de quantidade suficiente de profissionais para atendimento das demandas haverá prejuízo a execução contratual.

8.15.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O custo estimado da contratação está previsto no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2 Proposta de Preços

9.2.1 As empresas licitantes deverão apresentar proposta escrita de preços, conforme modelo constante do Anexo C deste Termo de Referência.

9.2.2. A proposta deverá contemplar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a. percentual de desconto a ser aplicado sobre os valores para adaptação e manutenção predial constantes nas tabelas referenciais adotadas pela Administração;
- b. composição do percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) aplicável aos serviços de engenharia, que incidirá sobre os valores de referência constantes das tabelas adotadas para a contratação;
- c. composição do percentual de BDI aplicável ao fornecimento de materiais, quando houver simples fornecimento de peças ou insumos necessários à execução dos serviços.

9.2.3. Os percentuais apresentados na proposta deverão contemplar todos os custos necessários à execução do objeto.

9.2.4. A adjudicação do objeto ocorrerá pelo critério de menor preço por item, considerando a aplicação do desconto e BDI ofertados pela licitante sobre os valores de referência definidos pela Administração, respeitados os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2.5 As propostas deverão ser apresentadas com clareza, sem rasuras, em língua portuguesa, expressas em percentuais e valores compatíveis com os parâmetros de mercado e com os referenciais de custos adotados pela Administração.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização do Contrato caberá aos(as) servidores(as): **Técnica - Chefias da SAREN e da SEMAM, Administrativa - Titular da COAPA, Setorial - Chefias das Zonas Eleitorais ou das Diretorias dos Fóruns.** A gestão do Contrato caberá ao **titular da SAD.**

12 - PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013."

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 10% (dez por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 12.2.f;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implatação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)
Celso Hartmann Júnior
Chefe da Seção de Arquitetura e Engenharia
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)
Ivo Almino Gondim
Analista Judiciário - Esp. Engenharia
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
Claudio Emmanuel Medeiros Dantas
Coordenador da COAPA
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)
Hugo Pereira Filho
Secretário SAD

ANEXO A - LOCAIS DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas por esse tribunal. Na tabela abaixo se apresenta as localidades que atualmente possuem Cartórios Eleitorais ou Postos de Atendimento.

O endereço de cada imóvel em uso pelo TRE-CE pode ser consultado através do Observatório de Dados - Painel de Imóveis, acessível através do link: <https://apps.tre-ce.jus.br/tre/servicos/observatorio-de-dados/index.html?BI=imoveis>

As Zonas Eleitorais 1, 2, 3, 80, 82, 83, 85, 93, 94, 95, 112, 113, 114, 115, 116, 117 e 118 se encontram atualmente dispostas no prédio da sede do TRE-CE.

Região do Cariri - Juazeiro do Norte			
Item	Polo	Zona	Cidades
1	Juazeiro do Norte		Diretoria do Fórum de Juazeiro do Norte. Município-sede: Juazeiro do Norte.
2		13ª	Município-sede: Iguatu / Municípios-termos: Cedro e Quixelô
3		14ª	Lavras da Mangabeira
4		15ª	Município-sede: Icó / Municípios-termos: Orós, Umari.
5		16ª	Missão Velha
6		18ª	Município-sede: Assaré / Municípios-termos:Antonina do norte, Tarrafas.
7		26ª	Município-sede: Milagres / Municípios-termos: Abaiara.
8		27ª	Crato
9		28ª	Juazeiro do Norte
10		31ª	Barbalha
11		38ª	Município-sede: Campos Sales / Municípios-termos: Salitre.
12		43ª	Município-sede: Jucás / Municípios-termos: Cariús, Saboeiro.
13		53ª	Município-sede: Nova Olinda / Municípios-termos: Altaneira, Santana do Cariri.
14		62ª	Município-sede: Várzea Alegre / Municípios-termos:Farias Brito, Granjeiro.
15		68ª	Município-sede: Araripe / Municípios-termos: Pontegi.
16		69ª	Aurora
17		70ª	Município-sede: Brejo Santo / Municípios-termos: Jati, Penaforte, Porteiras.
18		71ª	Caririaçu
19		76ª	Mauriti
20		92ª	Município-sede: Barro / Municípios-termos: Baixo, Ipaumirim.
21		119ª	Município-sede: Juazeiro do Norte/ Municípios-termos: Jardim.
Região Norte - Sobral			
Item	Polo	Zona	Cidade
1			Diretoria do Fórum de Sobral. Município-sede: Sobral.
2		17ª	Município-sede: Itapipoca / Municípios-termos: Tururu.
3		21ª	Município-sede: Ipu / Municípios-termos:Pires Ferreira.
4		22ª	Município-sede: São Benedito / Municípios-termos: Carnaubal.
5		23ª	Município-sede: Uruburetama / Municípios-termos: São Luís do curu, Umirim,
6		24ª	Município-sede: Sobral / Municípios-termos: Alcântaras, Meruoca.
7		25ª	Município-sede: Granja / Municípios-termos: Martinópole, Uruoca.
8		30ª	Município-sede: Acaraú / Municípios-termos: Cruz, Jijoca de Jericoacoara.

9	Sobral	32 ^a	Camocim
10		35 ^a	Viçosa do Ceará
11		40 ^a	Município-sede: Ipueiras / Municípios-termos: Poranga.
12		41 ^a	Município-sede: Itapajé / Municípios-termos: Iruçuaba, Tejuçuoca.
13		44 ^a	Município-sede: Santana do Acaraú / Municípios-termos: Morrinhos.
14		45 ^a	Município-sede: Massapê / Municípios-termos: Senador Sá.
15		48 ^a	Município-sede: Nova Russas / Municípios-termos: Ararendá.
16		54 ^a	Município-sede: Santa Quitéria / Municípios-termos: Catunda, Hidrolândia.
17		61 ^a	Município-sede: Tamboril / Municípios-termos: Monsenhor Tabosa.
18		64 ^a	Município-sede: Coreaú / Municípios-termos: Moraújo.
19		65 ^a	Município-sede: Cariré / Municípios-termos: Groáiras, Varjota.
20		73 ^a	Município-sede: Ibiapina / Municípios-termos: Ubajara.
21		74 ^a	Município-sede: Guaraciaba do Norte / Municípios-termos: Croatá.
22		79 ^a	Município-sede: Reriutaba / Municípios-termos: Graça, Mucambo, Pacujá.
23		81 ^a	Município-sede: Tianguá / Municípios-termos: Frecheirinha.
24		89 ^a	Município-sede: Amontada / Municípios-termos: Miraíma.
25		96 ^a	Município-sede: Bela Cruz / Municípios-termos: Marco.
26		98 ^a	Itarema
27		108 ^a	Município-sede: Chaval / Municípios-termos: Barroquinha.
28		121 ^a	Município-sede: Sobral / Municípios-termos: Forquilha.

Região do Sertão Central – Tauá

Item	Polo	Zona	Cidade
1	Tauá	10 ^a	Município-sede: Jaguaribe / Municípios-termos: Ereré, Pereiro.
2		11 ^a	Quixeramobim
3		12 ^a	Município-sede: Senador Pompeu / Municípios-termos: Piquet Carneiro.
4		19 ^a	Município-sede: Tauá / Municípios-termos: Parambu.
5		20 ^a	Município-sede: Crateús / Municípios-termos: Ipaporanga.
6		29 ^a	Município-sede: Limoeiro do norte / Municípios-termos: Quixeré.
7		39 ^a	Independência
8		46 ^a	Mombaça
9		55 ^a	Município-sede: Solonópole / Municípios-termos: Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã.
10		59 ^a	Pedra Branca
11		60 ^a	Município-sede: Acopiara / Municípios-termos: Catarina.
12		63 ^a	Município-sede: Boa Viagem / Municípios-termos: Madalena.
13		72 ^a	Município-sede: Jaguaratama / Municípios-termos: Jaguaribara.
14		86 ^a	Município-sede: Alto Santo / Municípios-termos: Iracema, Potiretama.
15		91 ^a	Município-sede: Tabuleiro do Norte / Municípios-termos: São João do Jaguaribe.
16		99 ^a	Município-sede: Novo Oriente / Municípios-termos: Quiterianópolis.
17		101 ^a	Município-sede: Aiuaíba / Municípios-termos: Arneiroz.

Região Metropolitana de Fortaleza – Fortaleza

Item	Polo	Zona	Cidade
1			Diretoria do Fórum de Caucaia. Município-sede: Caucaia
2			Central de Atendimento de Caucaia. Município-sede: Caucaia

3		Diretoria do Fórum de Maracanaú. Município-sede: Maracanaú
4		Central de Atendimento de Maracanaú. Município-sede: Maracanaú
5		Diretoria do Fórum de Fortaleza. Município-sede: Fortaleza
6		Central de Atendimento de Fortaleza. Município-sede: Fortaleza
7	Sede	Município-sede: Fortaleza
8	1ª	Município-sede: Fortaleza
9	2ª	Município-sede: Fortaleza
10	3ª	Município-sede: Fortaleza
11	4ª	Município-sede: Maranguape / Municípios-termos: Palmácia.
12	5ª	Município-sede: Baturité / Municípios-termos: Guaramiranga, Mulungu e Pacoti
13	6ª	Município-sede: Quixadá /Municípios-termos: Banabuiu, Choró, Ibareta.
14	7ª	Município-sede: Cascavel/ Municípios-termos: Pindoretama.
15	8ª	Município-sede: Aracati / Municípios-termos: Fortim, Icapuí.
16	9ª	Município-sede: Russas / Municípios-termos: Palhano.
17	33ª	Município-sede: Canindé / Municípios-termos: Itaitira.
18	36ª	São Gonçalo do Amarante
19	37ª	Caucaia
20	47ª	Município-sede: Morada Nova / Municípios-termos: Ibicuitinga.
21	49ª	Município-sede: Pacajus / Municípios-termos: Chorozinho.
22	50ª	Município-sede: Pentecoste / Municípios-termos: Apuiarés, General Sampaio.
23	52ª	Município-sede: Redenção / Municípios-termos: Acarape, Barreira.
24	57ª	Município-sede: Pacatuba / Municípios-termos: Guaiúba.
25	66ª	Aquiraz
26	67ª	Município-sede: Aracoiaba / Municípios-termos: Ocara.
27	75ª	Município-sede: Jaguaruana / Municípios-termos: Itaiçaba.
28	78ª	Município-sede: Horizonte / Municípios-termos: Itaitinga.
29	80ª	Fortaleza
30	82ª	Fortaleza
31	83ª	Fortaleza
32	84ª	Beberibe
33	85ª	Fortaleza
34	88ª	Eusébio
35	93ª	Fortaleza
36	94ª	Fortaleza
37	95ª	Fortaleza
38	97ª	Trairi
39	104ª	Maracanaú
40	105ª	Município-sede: Capistrano / Municípios-termos: Aratuba, Itapiúna.
41	109ª	Município-sede: Paracuru / Municípios-termos: Paraipaba.
42	111ª	Município-sede: Caridade / Municípios-termos: Paramoti.
43	112ª	Fortaleza
44	113ª	Fortaleza
45	114ª	Fortaleza
46	115ª	Fortaleza
47	116ª	Fortaleza
48	117ª	Fortaleza
49	118ª	Fortaleza

Fortaleza

50		120 ^a	Caucaia
51		122 ^a	Maracanaú
52		123 ^a	Caucaia

ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO PREDIAL

1. MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO PREDIAL

Será executada imediatamente após a ocorrência de defeitos, falhas, desempenhos insuficientes ou fadigas de materiais, dos sistemas e/ou equipamentos. Os serviços serão pagos de acordo com os valores constantes da tabela SINAPI estabelecida para o estado da Ceará e vigente no mês de apresentação da proposta, com a incidência do desconto e BDI ofertados pela Empresa. São exemplos de serviços de manutenção corretiva eventual ou pequenas reformas:

1.1 Partes Estruturais

1.1.1 Demolição de paredes, pisos, lajes, contrapisos, forros e revestimentos;

1.1.2 Reconstituição de paredes de alvenaria, incluindo reboco, contrapisos, lajes de concreto armado e forros;

1.1.3 Reconstituição de pinturas externas e internas, utilizando tinta acrílica ou esmalte sintético, em paredes, tetos, forros, gradis, esquadrias, guarda-corpos e corrimãos.

1.2 Cobertura

1.2.1 Substituição de telhas danificadas;

1.2.2 Impermeabilização de lajes e calhas;

1.2.3 Construção ou recuperação de rufos e calhas;

1.2.4 Desobstrução de calhas e ralos;

1.2.5 Construção ou recuperação de sistema de drenagem em calhas.

1.3 Instalações Elétricas e Cabeamento Estruturado

1.3.1 Instalação de novos circuitos elétricos complexos, quadros, luminárias, interruptores, tomadas, disjuntores, cabos e materiais elétricos diversos;

1.3.2 Instalação ou manutenção de central telefônica;

1.3.3 Instalação ou manutenção de sistema de cabeamento estruturado, incluindo organização de racks, instalação de patch panels de rede, voice panel e certificação;

1.3.4 Instalação ou manutenção em sistemas de telefonia e seus acessórios;

1.4 Instalações Hidráulicas

1.4.1 Instalação e recuperação de redes hidráulicas;

1.4.2 Correção de vazamentos.

1.5 Reconstituição de Revestimentos Cerâmicos

1.5.1 Reconstituição de revestimentos cerâmicos, porcelanato, alta resistência, granito e demais materiais em pisos e paredes, de acordo com as especificações dos fabricantes.

1.6 Serviços de Serralheria

1.6.1 Recuperação de peças metálicas, com eliminação de todos os focos de ferrugem e substituição de partes sem condições de recuperação, efetuando a troca/colocação de baguetes, travessas e montantes onde for necessário;

1.6.2 Confecção e instalação de gradis de proteção, suportes para ar condicionado de janela, suportes para unidades condensadoras, portões e demais peças em ferro soldado.

1.7 Serviços de Marcenaria e Carpintaria

1.7.1 Serviços de marcenaria e/ou carpintaria para recuperação/conserto/instalação de portas, armários, mesas, cadeiras, estações de trabalho, estantes e demais itens de madeira, com substituição de partes inservíveis e aplicação de fundo selador, verniz e/ou revestimento fenólico-melamínico.

1.8 Instalações de Vidros, Espelhos e Acessórios

1.8.1 Fornecimento e instalação de espelhos e vidros comuns e temperados de diversas especificações;

1.8.2 Fornecimento e instalação de saboneteiras, papeleiras, torneiras e sifões.

1.9 Fornecimento e Instalação de Peças de Granito

1.9.1 Fornecimento e instalação de pisos e bancadas de granito, com cubas, de soleiras, rodapés e balcões.

1.10 Fornecimento, Instalação e Remanejamento de Divisórias

1.10.1 Serviço de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem e montagem) de divisórias navais e especiais, com aproveitamento de material e/ou aquisição que se fizer necessária.

1.11 Instalação/Conserto e Limpeza de Bombas e Equipamentos de Ar

Condicionado Tipo Slit e de Janela.

1.11.1 Quando se tratar de aparelhos já instalados, objeto de remanejamento para outros setores ou Unidades, a critério do Contratante;

1.11.2 Quando se tratar de instalação de equipamentos novos;

1.11.3 Quando se tratar de conserto de equipamentos defeituosos.

1.11.4 Higienização de aparelhos de ar-condicionado de janela e splits.

1.12 Adequação de Imóveis, Instalações de Prevenção de Combate a

Incêndio e Acessibilidade

1.12.1 Serviços de adequação em imóveis ocupados por Cartórios eleitorais, incluindo execução de novas instalações elétricas, nova infraestrutura de cabeamento estruturado, novo sistema de climatização e novas instalações de telefonia;

1.12.2 Instalação de luminárias de emergência, sinalização de emergência e rota de fuga em imóveis ocupados por Cartórios Eleitorais; ou existentes;

1.13 Construções, Adequações e Instalações para Acessibilidade

1.13.1 Construção, recuperação ou manutenção de rampas de acessibilidade;

1.13.2 Construção, recuperação ou manutenção de corrimão em rampas novas

1.13.3 Instalação de barras horizontais e verticais, chapas metálicas, louças e alarme de emergência em sanitários acessíveis;

1.13.4 Construção, recuperação ou manutenção de piso tátil. Eleitorais;

1.14 Recuperação Estrutural

1.14.1 Tratamento de fissuras e trincas em imóveis ocupados por Cartórios

C - MODELO DE PROPOSTA

Proposta-padrão de preço para prestação dos serviços de adaptação e manutenção predial - Catser 1627, com fornecimento de peças e materiais, nos sistemas, equipamentos e instalações de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE-CE e quaisquer novas instalações que venham a ser ocupadas por esse tribunal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Razão Social/Nome Fantasia:	
CNPJ/MF nº:	
Endereço:	
Município:	
Telefone:	
E-mail:	

Local	Item	Descrição	Valor de Referência	BDI Ofertado (%)	Desconto Ofertado (%)	Valor do Item
Região do Cariri	1	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 517.009,95			
Região Norte	2	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 620.706,28			
Região do Sertão Central	3	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 510.116,71			
Região Metropolitana de Fortaleza	4	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 706.893,60			

Instruções de preenchimento:

Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.

A licitante deverá informar:

- o percentual de BDI ofertado (%);
- o percentual de desconto (%) aplicado sobre o valor de referência.

O valor final do item será calculado mediante a aplicação do BDI e do desconto sobre o valor de referência estimado pela Administração.

Fórmula de cálculo:

$$\text{Valor do Item} = \text{Valor de Referência} \times (1 + \% \text{BDI}/100) \times (1 - \% \text{Desconto}/100)$$

Onde:

Valor de Referência = valor estimado pela Administração

%BDI = percentual de BDI ofertado pela licitante

%Desconto = percentual de desconto ofertado pela licitante

Apresentam-se a seguir planilhas modelo para a composição da Taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI), aplicável a serviços e ao mero fornecimento de materiais e equipamentos. A licitante deverá preencher todas as lacunas das planilhas de acordo com sua situação tributária, seja ela desonerada ou não desonerada.

As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão informar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, observando as alíquotas correspondentes às suas obrigações tributárias, em conformidade com o disposto no anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

TAXA DE BDI-BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS PARA SERVIÇOS			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	NÃO DESONERADO (%)	DESONERADO (%)
1	CUSTOS INDIRETOS		
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
1.2	SEGUROS		
1.3	GARANTIAS		
1.4	RISCOS		
2	DESPESAS FINANCEIRAS		
3	TRIBUTOS		
3.1	PIS		
3.2	ISS*		
3.3	COFINS		
3.4	CPRB		
4	LUCRO		
4.1	LUCRO BRUTO		
$BDI(\%) = \{ [1 + \text{CUSTOS INDIRETOS}] \times (1 + \text{DESPESAS FINANCEIRAS}) \times (1 + \text{LUCRO}) / (1 - \text{TRIBUTOS}) \} - 1$			
5	Bonificação e Despesas Indiretas		
Obs.:			

TAXA DE BDI-BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS PARA MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	TAXA (%)
1	CUSTOS INDIRETOS	
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1.2	SEGURO + GARANTIA	

2	DESPESAS FINANCEIRAS	
3	TRIBUTOS	
3.1	PIS	
3.2	ISS	0,00
3.3	COFINS	
4	LUCRO	
4.1	LUCRO BRUTO	
BDI(%)=([(1 + AC + R + S + G)X(1 + DF) X (1 + L)]/(1-T))-1		
5	Bonificação e Despesas Indiretas	
Obs.:		

Cidade, _____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa

ANEXO - D - PLANILHA DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE

Acesso no link <https://www.tre-ce.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/licitacoes/arquivos/tre-ce-anexo-d-termo-de-referencia-pregao-eletronico-90045-2026>

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção predial sob demanda, abrangendo atividades corretivas e preventivas em edificações, incluindo reparos, substituições e pequenos ajustes em sistemas elétricos, hidráulicos, sanitários, de alvenaria, pintura, cobertura e demais elementos construtivos, conforme as necessidades identificadas pela administração e mediante solicitações específicas, visando à preservação, conservação e pleno funcionamento das instalações prediais.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão para o ano de 2026, estando alinhada ao planejamento institucional e às necessidades administrativas previamente identificadas para o exercício correspondente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

A contratação de empresa especializada em manutenção predial sob demanda deverá atender a um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e de qualidade que assegurem a plena execução dos serviços, de forma eficiente, segura e contínua, em todas as edificações vinculadas ao órgão, distribuídas nas regiões do Cariri, Norte, Sertão Central e Metropolitana de Fortaleza.

1. Requisitos indispensáveis e padrões mínimos de qualidade:

A empresa contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, com profissionais habilitados nas áreas de engenharia, elétrica, hidráulica, civil e outras correlatas, conforme a natureza das intervenções. Deverá também possuir estrutura operacional compatível com o atendimento descentralizado, incluindo meios de transporte, equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços. Os serviços deverão observar as normas técnicas da ABNT, as legislações trabalhistas, de segurança e saúde no trabalho, bem como os regulamentos específicos aplicáveis a cada sistema construtivo e instalação predial. A qualidade mínima esperada inclui acabamento adequado, durabilidade das soluções aplicadas e atendimento dentro dos prazos definidos pela administração, garantindo o funcionamento pleno e seguro das edificações.

2. Justificativa dos requisitos definidos:

Os requisitos propostos decorrem da necessidade de garantir resposta técnica qualificada, agilidade e padronização nas intervenções prediais, considerando que o contrato abrange um grande número de unidades distribuídas por todo o Estado. A exigência de profissionais capacitados e do cumprimento de normas técnicas assegura a qualidade dos serviços e a mitigação de riscos estruturais, elétricos e hidráulicos. A estrutura operacional mínima busca garantir a efetividade do contrato, evitando atrasos e falhas decorrentes de insuficiência de recursos ou logística inadequada.

3. Aderência a padrões de mercado:

As exigências técnicas e operacionais estão alinhadas às práticas correntes do mercado de manutenção predial, observando parâmetros adotados em contratações similares realizadas por órgãos públicos e entidades privadas. Os serviços deverão ser remunerados conforme valores praticados no mercado regional, considerando custos de deslocamento e execução sob demanda.

4. Competitividade e não dependência da contratada:

Os requisitos definidos buscam assegurar ampla competitividade entre empresas do setor, não restringindo a participação de potenciais licitantes. A execução será contratada por lotes regionais, de modo a permitir a participação de empresas de médio e grande porte e reduzir a dependência de uma única contratada. A administração manterá controle técnico e financeiro sobre os serviços executados, com medições e fiscalizações periódicas, evitando vínculos de dependência operacional.

5. Normativos aplicáveis e requisitos de habilitação:

A contratada deverá observar, entre outros, os seguintes normativos: Normas Técnicas da ABNT (NBRs pertinentes a instalações elétricas, hidráulicas, estruturais e de segurança), NR-10, NR-18, NR-35 do Ministério do Trabalho, Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Decreto Federal nº 11.246/2022 e demais legislações correlatas. Para habilitação, será exigida comprovação de

capacidade técnica operacional e atestados de desempenho anterior em serviços de natureza e complexidade equivalentes, além de registro ativo no CREA ou CAU, conforme o caso.

6. Critérios e práticas de sustentabilidade:

Deverão ser adotadas práticas sustentáveis na execução dos serviços, priorizando o uso racional de materiais, a segregação e destinação ambientalmente adequada de resíduos, a utilização de tintas e materiais com baixo teor de compostos voláteis e o reaproveitamento de materiais sempre que possível. A contratada deverá observar os princípios do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, incluindo o compromisso com a redução do impacto ambiental, a segurança dos trabalhadores e o respeito às normas de acessibilidade e eficiência energética.

Esses requisitos asseguram que a contratação atenda às necessidades da administração de forma técnica, sustentável e economicamente vantajosa, garantindo a conservação e o pleno funcionamento das edificações públicas em todo o Estado.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV)

A estimativa de quantidades e valores para a presente contratação foi elaborada com base em dados históricos dos serviços de manutenção predial executados por empresas contratadas pelo órgão no período de 2020 a 2025. Esse levantamento considerou a frequência, o tipo e a complexidade das demandas atendidas em cada região do Estado, abrangendo serviços em diversos sistemas construtivos e instalações prediais.

Foram analisados os registros de ordens de serviço, relatórios de execução e medições contratuais anteriores, permitindo identificar padrões de consumo, custos médios e variações sazonais na demanda. A partir desses dados, foi possível estimar quantitativos mais realistas e adequados à necessidade atual, garantindo coerência entre o escopo proposto e os recursos previstos.

As planilhas com as estimativas detalhadas de quantidades e valores, discriminadas por tipo de serviço e região, encontram-se apresentadas no documento anexo aos Estudos Técnicos Preliminares, servindo como base para o dimensionamento do novo contrato e para a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

5.1 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Para atender à necessidade de manutenção predial em edificações localizadas em diversas regiões do Estado, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado e das práticas adotadas por outros órgãos públicos com características operacionais semelhantes. O objetivo foi identificar o modelo mais eficiente, economicamente vantajoso e compatível com a estrutura administrativa existente, considerando critérios de qualidade, flexibilidade, controle e continuidade dos serviços.

A seguir, são apresentadas as principais alternativas avaliadas:

- 1. Execução com equipe própria ampliada e aquisição de materiais permanentes e de consumo**
Essa alternativa consistiria na ampliação do quadro de servidores efetivos ou terceirizados, com a formação de equipes residentes de manutenção em cada região, além da estruturação de almoxarifados de materiais e aquisição de equipamentos e veículos para deslocamento. Embora essa solução favoreça o controle direto das atividades, ela apresenta elevado custo de implantação e manutenção, exigindo investimentos contínuos em pessoal, capacitação e logística. Além disso, a dispersão geográfica das unidades e a natureza imprevisível das demandas dificultariam a gestão centralizada e a resposta rápida às ocorrências. Portanto, essa alternativa mostrou-se economicamente inviável e operacionalmente complexa.
- 2. Contratações pontuais por meio de processos licitatórios específicos para cada demanda**
Nessa modalidade, cada necessidade de reparo ou intervenção seria atendida mediante abertura de processo de contratação isolada. Embora garanta ampla competitividade, esse modelo não atende à urgência e à continuidade exigidas pelo serviço de manutenção predial, pois o tempo necessário para tramitação administrativa inviabiliza respostas imediatas a situações emergenciais. Além disso, a fragmentação das contratações compromete a padronização técnica, dificulta o controle de qualidade e pode elevar o custo global devido à ausência de economia de escala.
- 3. Contratação de empresa especializada para execução sob demanda (solução adotada)**
A contratação sob demanda de empresa especializada, dividida em lotes regionais, mostrou-se a

solução mais adequada, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico e operacional. Esse modelo permite o atendimento imediato às necessidades que surgirem em qualquer edificação, sem a necessidade de abrir processos individualizados, garantindo maior agilidade, eficiência e continuidade dos serviços. Além disso, favorece o planejamento e controle das ordens de serviço, possibilita medições e pagamentos proporcionais aos serviços efetivamente executados e assegura o cumprimento de padrões técnicos e de segurança. A divisão por lotes regionais amplia a competitividade entre fornecedores e evita a concentração em uma única empresa, reduzindo riscos de dependência contratual.

Conclusão da análise

Com base na prospecção de mercado, na experiência acumulada de contratações similares e na análise de custo-benefício, conclui-se que a **contratação sob demanda de empresa especializada** representa a solução mais eficiente, economicamente vantajosa e aderente às necessidades da Administração. Essa modalidade permite resposta imediata, execução descentralizada, controle técnico eficaz e padronização dos serviços em todo o Estado, atendendo integralmente aos requisitos de qualidade, segurança, sustentabilidade e continuidade do serviço público.

5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, §1º, inciso V)

A escolha pela contratação de empresa especializada para a execução de serviços de **manutenção predial sob demanda** fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos que demonstram ser esta a solução mais eficiente, eficaz e vantajosa para a Administração Pública, considerando o levantamento de mercado, as experiências contratuais anteriores e a abrangência territorial do serviço.

Do ponto de vista **técnico**, a manutenção predial requer resposta imediata a situações emergenciais e capacidade de atuação simultânea em diferentes localidades do Estado, abrangendo edificações com variados tipos de sistemas construtivos e instalações. A contratação sob demanda permite a mobilização de equipes capacitadas e equipadas para atender prontamente às necessidades, sem a necessidade de processos licitatórios individuais, o que assegura maior agilidade, continuidade e padronização na execução dos serviços. Além disso, a empresa contratada é obrigada a observar as normas técnicas vigentes, as condições de segurança do trabalho e os padrões de qualidade definidos pela Administração, garantindo o bom desempenho e a durabilidade das intervenções realizadas.

Sob o aspecto **econômico**, a solução sob demanda se mostra mais vantajosa em comparação às alternativas avaliadas. A ampliação de equipe própria demandaria alto investimento em pessoal, encargos, equipamentos e materiais permanentes, além de logística de deslocamento e armazenamento. Já as contratações pontuais, embora possam oferecer competitividade isolada, gerariam custos administrativos elevados e perda de eficiência devido ao tempo de tramitação e à fragmentação das demandas. A contratação sob demanda, por outro lado, concentra os serviços em um único instrumento contratual com pagamentos proporcionais às ordens de serviço efetivamente executadas, permitindo melhor planejamento orçamentário e otimização dos recursos públicos.

O modelo proposto também assegura **eficiência operacional**, pois a empresa contratada deverá manter equipes de prontidão distribuídas por regiões (Cariri, Norte, Sertão Central e Metropolitana de Fortaleza), o que reduzirá o tempo de resposta e os custos logísticos. A divisão regional amplia a competitividade do certame e evita a concentração de mercado, garantindo equilíbrio contratual e maior capacidade de atendimento.

Adicionalmente, a solução contratual está **alinhada às práticas de mercado** observadas em órgãos públicos e privados de grande porte, que adotam o regime de manutenção sob demanda para garantir flexibilidade, controle técnico e redução de custos. O modelo ainda favorece o monitoramento contínuo da execução, com medições mensais, relatórios de desempenho e avaliação de conformidade, promovendo transparência e rastreabilidade das ações.

Dessa forma, a escolha da contratação sob demanda é tecnicamente justificada pela sua capacidade de assegurar manutenção contínua, padronizada e segura das edificações, e economicamente sustentada pela otimização de recursos, redução de custos fixos e maior previsibilidade orçamentária. A solução atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, garantindo a preservação do patrimônio público e a adequada infraestrutura de trabalho nas unidades atendidas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI)

O valor estimado para essa contratação conforme documento anexo é de R\$ 1.611.281,68 (um milhão, seiscentos e onze mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)

A solução escolhida consiste na **contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial sob demanda**, abrangendo todas as edificações sob responsabilidade do órgão, distribuídas nas regiões do Cariri, Norte, Sertão Central e Metropolitana de Fortaleza. O contrato contempla a realização de serviços corretivos e preventivos em qualquer tipo de sistema construtivo e instalação predial, incluindo estruturas, alvenaria, revestimentos, pintura, esquadrias, coberturas, pisos, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de climatização, combate a incêndio, lógica e telefonia, entre outras.

A empresa contratada deverá dispor de equipes técnicas qualificadas e devidamente equipadas para atender às solicitações dentro dos prazos estipulados pela Administração, observando as normas técnicas aplicáveis (ABNT, NR's do Ministério do Trabalho e demais legislações correlatas). Deverá ainda garantir o fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como zelar pela segurança, limpeza e adequada destinação dos resíduos gerados, em conformidade com as práticas de sustentabilidade e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

O contrato prevê um fluxo operacional padronizado, que assegura controle, transparência e eficiência no atendimento das demandas. A rotina contratual será desenvolvida conforme as etapas a seguir:

1. **Abertura do chamado** – A unidade administrativa que identificar a necessidade de manutenção abrirá o chamado, o qual será distribuído para a SEMAN ou SAREN, conforme a natureza do serviço;
2. **Elaboração da planilha orçamentária e documentos técnicos** – O setor responsável pelo atendimento analisará a demanda, elaborando as planilhas de custos e os documentos necessários para a solução do problema;
3. **Autorização da Administração** – A documentação será encaminhada para análise e autorização pela Administração, observando-se a disponibilidade orçamentária;
4. **Encaminhamento à Contratada** – Após a autorização e a pré-emissão do empenho, a documentação será enviada à Contratada para aceite e planejamento do serviço;
5. **Emissão da Ordem de Serviço** – Após a assinatura da Contratada e a emissão da Nota de Empenho, será expedida a Ordem de Serviço que autoriza a execução;
6. **Execução e entrega dos serviços** – A Contratada executará os serviços conforme as especificações técnicas e prazos estabelecidos, apresentando ao final relatório de execução, nota fiscal e documentos fiscais correspondentes;
7. **Fiscalização e pagamento** – A fiscalização designada pela Administração analisará a conformidade dos serviços, emitirá o Termo de Recebimento e encaminhará a documentação para pagamento.

Os **prazos para início e execução** dos serviços serão definidos conforme a natureza, complexidade e concomitância das demandas, garantindo a adequada priorização e o equilíbrio operacional do contrato.

Será adotada também uma **rotina específica para situações emergenciais**, aplicável a ocorrências que demandem solução imediata e cujo valor estimado seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Nesses casos, para evitar atrasos e garantir pronta resposta, será **dispensada a análise prévia das planilhas orçamentárias pela unidade de controle administrativo**, mantendo-se, entretanto, o restante do fluxo regular de autorização, execução, fiscalização e pagamento.

As **demandas emergenciais deverão ser atendidas no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis** após o encaminhamento da Ordem de Serviço à Contratada, assegurando resposta rápida e efetiva em situações que possam comprometer a segurança, a integridade física das edificações ou a continuidade das atividades institucionais.

A empresa contratada deverá assegurar manutenção contínua de suas equipes, disponibilidade de atendimento em todas as regiões abrangidas, comunicação eficiente com os setores requisitantes e cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos. A solução proposta, portanto, oferece **padronização de procedimentos, rastreabilidade das etapas, controle técnico e financeiro, e resposta ágil às demandas**, assegurando a preservação das edificações, a segurança dos usuários e a continuidade dos serviços públicos.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

8.1. Objeto da contratação será adquirido por lote?

☐ Sim.

☒ Não

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

☒ Não.

☐ Sim

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX)

Os resultados pretendidos com a contratação concentram-se na garantia da continuidade e da qualidade dos serviços de manutenção predial nas unidades do Tribunal, assegurando a adequada conservação e funcionamento das instalações físicas. Busca-se, com isso, reduzir o tempo de resposta às demandas, minimizar riscos de paralisação das atividades e preservar o patrimônio público, promovendo a utilização eficiente dos recursos financeiros e materiais disponíveis.

De forma direta, almeja-se a melhoria da eficiência operacional, por meio de um processo de manutenção mais ágil, organizado e tecnicamente embasado, capaz de atender tanto demandas preventivas quanto corretivas em todas as unidades. Indiretamente, espera-se otimizar o uso da força de trabalho interna, liberando servidores para atividades estratégicas e administrativas, além de reduzir custos com reparos emergenciais, prolongando a vida útil dos sistemas e equipamentos prediais.

A contratação também contribui para o desenvolvimento sustentável, ao priorizar práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental e ao estimular a adoção de soluções tecnológicas e economicamente vantajosas. Dessa forma, o contrato visa garantir não apenas a efetividade dos serviços, mas também a racionalização de recursos e o aprimoramento contínuo da infraestrutura predial do órgão.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

☒ Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

☐ Sim.

Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

☒ Não.

☐ Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

☐ Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI)

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

☒ Não.

☐ Sim.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII)

Os serviços de manutenção predial, por sua natureza, podem gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos naturais, geração de resíduos, emissão de ruídos, e eventual descarte inadequado de materiais como tintas, solventes, metais, plásticos e entulhos. Além disso, há o potencial de uso de produtos químicos que, se não manejados corretamente, podem causar contaminação do solo e da água.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas medidas preventivas e corretivas que assegurem o cumprimento da legislação ambiental vigente e das boas práticas de sustentabilidade. Dentre as principais medidas mitigadoras, destacam-se: o descarte adequado dos resíduos em conformidade com as normas locais de gestão ambiental; a segregação de materiais recicláveis e não recicláveis; o uso racional de água e energia durante a execução dos serviços; e a preferência por produtos e insumos com menor impacto ambiental, como tintas à base de água e materiais certificados.

Também será exigido que a contratada mantenha procedimentos internos de controle ambiental, incluindo o armazenamento seguro de produtos perigosos, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional. Sempre que possível, serão priorizadas práticas de manutenção preventiva, que reduzem o consumo de insumos e a geração de resíduos. Assim, a execução contratual contribuirá para a preservação ambiental e para a promoção de um ambiente de trabalho sustentável e seguro.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII)

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária, sendo a mais vantajosa e viável para a contratação pretendida.

(Assinado eletronicamente)
Celso Hartmann Júnior
Chefe da Seção de Arquitetura e Engenharia
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)
Ivo Almino Gondim
Analista Judiciário - Esp. Engenharia
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
Cláudio Emmanuel Medeiros Dantas
Coordenador da COAPA
Integrante Administrativo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90045/2026 - TRE/CE
ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026
SEI N.º
PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2026

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. Caso o preço médio de mercado venha a ser inferior ao valor contratado, o gestor do Contrato negociará com a CONTRATADA com vistas a adequar o valor originário ao preço praticado no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

.....

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

4.4. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4 É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da aquisição é de R\$

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor constante no item 5.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, da atualização das tabelas oficiais listadas no termo de referência, e, quando não cabível, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.”

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRANTE compromete-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e

forma estabelecidos no presente Contrato;

g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste

h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;

k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

- l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- u) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**
- v) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**
- w) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021).

11.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

11.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este

não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

12.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

12.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema*.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90045/2026 - TRE/CE
ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA

Local	Item	Descrição	Valor de Referência anual incluindo os percentuais de BDI e desconto sobre os serviços	Valor de Referência para a vigência de 60 meses incluindo os percentuais de BDI e desconto sobre os serviços
Região do Cariri	1	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 577.817,09	R\$2.889.085,45
Região Norte	2	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 693.709,47	R\$ 3.468.547,35
Região do Sertão Central	3	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 570.113,12	R\$ 2.850.565,60
Região Metropolitana de Fortaleza	4	Valor anual máximo estimado para adaptação e manutenção predial, inclusive diárias.	R\$ 790.033,55	R\$ 3.950.167,75



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 19/05/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0001434754&crc=F9A07702, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001434754** e o código CRC **F9A07702**.

2026.0.000004527-2

0001434754v5